

Dinâmica do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil: evidências recentes de um fenômeno econômico consolidado

Christiane Luci Bezerra Alves (URCA)¹
Cícero Cleyton Soares de Lima(URCA)²

RESUMO

A globalização estreitou significativamente as relações econômicas entre as nações, permitindo uma mobilidade sem precedentes dos fluxos de capital ao redor do globo. Destaca-se, entre esses fluxos, a modalidade de investimento direto estrangeiro, cujo volume mundial vem crescendo exponencialmente desde a década de 1980, onde se via um predomínio dos países desenvolvidos como receptores de IDE. A partir da década de 1990, esses fluxos passam a contemplar de forma mais acentuada os países em desenvolvimento, que reestruturaram suas economias e implementaram políticas de atratividade do IDE, respaldadas por um aparato de inspiração neoliberal. No Brasil esse processo inicia-se com a abertura econômica do governo Collor e consolida-se com as reformas do Plano Real, permitindo que o país entrasse na rota do IDE mundial. O objetivo deste trabalho é caracterizar o fluxo de IDE na economia brasileira nos anos 2000, visto que há importantes mudanças entre o velho e o novo investimento na economia nacional, como sua básica após o fim do programa de privatizações, sua distribuição setorial, comportamento após a instauração do governo petista, e aspectos da vulnerabilidade externa nacional, entre outros. Será analisada, ainda, a evolução histórica do fluxo global de IDE, bem como o cenário internacional em que este se insere, e é por ele influenciado, estudando-se, para isso, o período de 2000 a 2007.

Palavras-chave: globalização, IDE, economia brasileira

ABSTRACT

Globalization has made economical relationships between countries closer, allowing a mobility of capital flow around the world. The direct foreign investment is highlighted among these flows, which volume around the world has been growing since the decade of 1980, when the developed countries were the majority in receiving that investment. From the decade of 1990 on, developing countries started to receive this investment, what made them restructure their economies and adopt a neoliberal inspiration to implement a policy of attractiveness to those resources. In Brazil this process was started with the economical opening in Collor government and was consolidated with the reforms of Plano Real, making the country enter the route of the global foreign direct investment. The objective of this study is to characterize the flow of the foreign direct investment in the Brazilian economy in the 2000s, as there are important changes between the old and new investments on the national economy. The historic evolution of the global flow of foreign direct investment and the international scenario where it is inserted and influenced will be analyzed as well, and for that, the period from 2000 to 2007 was studied.

Palavras-chave: globalization, FDI, brazilian economy

Área temática:

2. História Econômica e Economia Brasileira

2.3 Economia Brasileira Contemporânea (Sessões Ordinárias)

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. chrisluci@urca.br

² Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA; Monitor de Economia Brasileira Contemporânea II.

1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX são marcadas por significativas alterações na dinâmica da economia capitalista, as quais envolvem: fortes mudanças nas regras do jogo competitivo, transformações das forças produtivas e tecnológicas, dos padrões de acumulação e de regulação e ruptura dos paradigmas ideológicos e institucionais, as quais se refletem em novas acomodações dentro da divisão internacional do trabalho.

Particularmente nas décadas de 1970 e 1980, destacam-se: no campo produtivo, a ruptura com a rigidez taylorista-fordista e a emergência de regimes de acumulação flexível, com conseqüentes alterações nos padrões organizacionais e na forma de gestão da força de trabalho; novos padrões de tecnologia, a partir do ambiente da 3ª revolução científico-tecnológica; sob a ótica institucional e política, colapso do sistema de Bretton Woods (1973) e crise do *welfare state*; crescente semelhança na configuração de sistemas nacionais e formação de blocos econômicos regionais e, ainda, generalização de práticas e receituários de orientação neoliberal, nos quais se destacam os processos de liberalização comercial e financeira. Grande parte dessas alterações passa a ser caracterizada, na literatura econômica, como aspectos de um fenômeno econômico consolidado, o processo de globalização.

Pode-se identificar um amplo leque de enfoques na definição de um conceito de globalização. Porém, este trabalho se restringirá a seu escopo econômico, particularmente a seu vetor produtivo, mesmo tendo como referência os aspectos comerciais, financeiros e tecnológicos, os quais são indissociáveis. O que parece haver de consenso na literatura sobre o tema é que esse conjunto de transformações globais interfere, significativamente, nos padrões de concorrência internacional, forçando a busca de novos padrões de eficiência e competitividade.

Desta forma, no campo financeiro, observa-se, nas últimas décadas, a manifestação de três processos marcantes (GONÇALVES et al., 1998; LACERDA, 1999a): expansão espetacular do movimento internacional de capitais; maior integração dos sistemas financeiros mundiais; acirramento da concorrência nos mercados internacionais de capitais e avanço da internacionalização da produção de serviços financeiros. Ao mesmo tempo, a esfera produtiva é caracterizada por: extraordinária expansão do processo de internacionalização da produção; aumento da concorrência nos mercados produtivos e forte integração das estruturas produtivas nacionais e dos mercados locais (GONÇALVES et al., 1998; LACERDA, 1999b). Esses fenômenos não podem ser vistos de forma dissociada. Para Lacerda (1999a), verifica-se profunda sintonia entre a globalização financeira e o espetacular crescimento do fluxo mundial de IDE, que ganha atenção na década de 1980. Segundo o autor, “a globalização financeira dos anos 80 tornou-se uma pré-

condição para que tivesse ocorrido uma explosão dos investimentos diretos produtivos consentâneos à mudança de paradigma tecnológico no período” (LACERDA, 1999a, p. 35).

Inseridos no contexto atual da globalização, os países em desenvolvimento devem adequar-se aos padrões financeiros, produtivos e tecnológicos internacionais, para assim atenderem as exigências de competitividade da nova economia mundial. Contudo, são notórios os problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento, em sua busca por crescimento econômico e industrialização. Normalmente, possuem indústrias pouco competitivas e com tecnologia defasada, ficando para trás na busca por mercados internacionais. Aliada a essas deficiências, há ainda uma carência de recursos para realização de novos investimentos, devido a pouca formação de poupança interna, além de escassa disponibilidade de capital estatal para financiar setores estratégicos da economia, e até mesmo de infra-estrutura básica do país. Apresentam, ainda, déficits constantes em conta corrente, causados por diversos fatores, desde endividamento externo excessivo, pagamento de juros ou ainda déficits vultosos na balança comercial.

A globalização que impõe crescentes desafios, também traz uma das principais formas de inclusão utilizadas por esses países, o investimento direto estrangeiro (IDE), pois permite uma mobilidade sem precedentes do fluxo internacional de capitais e quebra de barreiras relativas a transações internacionais, possibilitando que o investimento externo chegue aos países em desenvolvimento, que passam a utilizá-lo como estratégia de desenvolvimento, implementando ajustes estruturais em suas economias como forma de atração do mesmo.

Grande parte do fluxo de IDE ingressa nos países receptores através das empresas transnacionais (ETNs), que são grandes conglomerados industriais com sede em países centrais. Na busca por novos mercados, melhores vantagens comparativas e maiores ganhos de escala, essas empresas deslocam cadeias produtivas para países periféricos, difundindo tecnologia e aperfeiçoando técnicas de produção. Belluzzo (2003, p.3) afirma que “este último estágio de evolução da estrutura da concorrência mundial, ensejou a criação concentrada de capacidade produtiva nos setores de nova tecnologia e nas regiões capazes de promover uma integração virtuosa ao processo de internacionalização capitalista”, pois a instalação de grandes empresas permite que os países hospedeiros estabeleçam vínculos comerciais, financeiros e tecnológicos com a economia mundial, tirando-lhes o papel de meros fornecedores de mão-de-obra barata e de mercado consumidor.

Em nível de conjuntura mundial, no início da década de 1990, particularmente no triênio 1990-1992, as economias desenvolvidas são marcadas por um ciclo recessivo que determina a adoção de políticas econômicas ditadas pelo “afrouxamento monetário-creditício”. Como resultado, observa-se significativa redução das taxas de juros internacionais, cuja combinação com a folga de

liquidez mundial, torna os mercados emergentes uma importante alternativa de aplicação para os capitais internacionais (COUTINHO; BALTAR; CAMARGO, 1999).

Em meio ao cenário internacional favorável, de ampla liquidez mundial, a economia brasileira aparece, nos anos 1990, como uma das economias mais afetadas pelo movimento internacional de IDE, figurando na lista dos principais receptores desse tipo de investimento. Convém enfatizar que o Brasil chega ao ano 2000 completando 10 anos de implantação do projeto neoliberal no país, com a implementação de um amplo rearranjo institucional, envolvendo, principalmente, desregulamentação comercial e financeira, integração comandada pelo mercado e reformulação do papel do Estado na economia. Foram tomadas medidas que visaram à promoção da inserção competitiva do Brasil no mercado mundial e a modernização do parque industrial doméstico, com a introdução de novos modelos de produção e gestão econômica. Após sucessivos programas de orientação ortodoxa e heterodoxa, a estabilização monetária foi empreendida com a implantação do Plano Real, em 1994, restabelecendo a confiança do mercado internacional na economia brasileira.

Diversos estudos foram desenvolvidos a partir da análise do perfil e dos determinantes do IDE no Brasil na década de 1990. A presença cada vez maior dessa modalidade de investimento na economia nacional traz a necessidade de novos estudos que procurem entender a dinâmica do IDE neste início de século, considerando o período de 2000 a 2007, tanto em nível de economia mundial, como no âmbito doméstico, objetivo, portanto, deste trabalho.

2 A REINserÇÃO DO BRASIL NOS FLUXOS INTERNACIONAIS DE CAPITAIS E O PERFIL DO IDE NA ECONOMIA BRASILEIRA DOS ANOS 1990

Após um período de restrições à mobilidade de capitais para a economia nacional, onde se destacam o cenário de choques externos dos anos 1970 (primeiro e segundos choques de petróleo e crises financeiras internacionais), a crise da dívida externa dos países latino-americanos, no início da década perdida e a indefinição na condução da política externa, característica dos programas heterodoxos de combate à inflação, o Brasil se reinsere no fluxo internacional de capitais, tornando-se um dos principais receptores do IDE na década de 1990.

A ampla liquidez internacional e o processo de ajuste das economias desenvolvidas não são suficientes para explicar a explosão do influxo de capitais externos para a economia nacional. A visão oficial à época dominante sobreenfatizava a estabilidade macroeconômica empreendida pelo Plano Real e o rearranjo institucional, através das reformas de primeira geração, como determinantes desse fenômeno (BNDES, apud COMIN, 1999).

Porém, os ajuste aos quais a economia nacional se submete, como resultado das características da política econômica vigente e da acomodação da estrutura econômica às reformas estruturais implementadas no período parecem inferir que, longe de estar associado ao dinamismo da economia e à estabilidade macroeconômica do país, o fluxo de capitais externos encontra-se atrelado ao “conjunto de mudanças no jogo competitivo” (COMIN, 1999) e aos desequilíbrios surgidos a partir de tais estratégias.

No que diz respeito à liberalização financeira, observam-se a eliminação de reservas de mercado, em setores considerados estratégicos, acesso de empresas estrangeiras ao sistema oficial de crédito, maior liberdade de atuação para o capital estrangeiro no mercado de títulos, de ações e de renda fixa, suspensão à restrição de saídas de capital, entre outros (ALVES; RIBEIRO, 2003), fatores estes que facilitam a livre circulação do capital estrangeiro em território nacional.

O intenso e rápido processo de abertura comercial, ao expor o setor produtivo nacional à forte concorrência internacional, acaba por surpreender os empresários brasileiros com: “estoque de capital desatualizado; insuficiente economia de escala para competir nos mercados internacionais; acesso restrito aos mercados internacionais de capital e de produtos; novas exigências de seus clientes” (BARROSO; MELO, 1999). Desta forma, o ajuste na estrutura produtiva é imediato, em nível micro através de processos de reestruturação produtiva, enxugamento de linhas de produção, especialização produtiva etc., e em nível macro, com desestruturação de setores e linhas de produção, crescimento de falências e concordatas, além da tendência de oligopolização da economia, com o crescimento de fusões, aquisições e *joint ventures*, através de forte associação com o capital estrangeiro.

A estrutura do programa de estabilização, implementada pós 1994, que combina sobrevalorização da moeda, com uma política econômica de elevação brutal das taxas de juros e restrições ao crédito interno, acaba por induzir à desaceleração dos níveis de atividade e ao enxugamento da estrutura produtiva referidos anteriormente, o que representa um limite para a expansão e sobrevivência de algumas empresas nacionais. Assim, o preço dos ativos produzidos teria ficado relativamente mais baixo, representando um estímulo para aquisições de empresas nacionais em dificuldades pelas empresas estrangeiras, o que de certo modo explica o crescimento das F & A no período (ALVES; RIBEIRO, 2003).

Desta forma, as F & A passam a ser a forma majoritária de ingresso do IDE na economia brasileira (Tabela 1), apresentando crescimento brutal, principalmente a partir de 1995, passando a contar com forte participação do capital estrangeiro, ampliando o grau de internacionalização da economia doméstica..

Ainda no que diz respeito às reformas de primeira geração, destaca-se o processo desregulamentação da economia e de privatizações, impulsionado a partir do Governo Collor, com

implementação efetiva e irrestrita a partir de 1995, no governo de FHC, que funcionam como importante fator de atração do capital estrangeiro, uma vez que se amplia a oferta de ativos subvalorizados. Como resultado, a participação de recursos estrangeiros corresponde a 43% do total de recursos arrecadados no período de 1991-99 com as privatizações (ALVES; RIBEIRO, 2003).

TABELA 1 - Fusões e aquisições transfronteiras no Brasil – participação no ingresso de IDE e número de transações no mercado brasileiro (em US\$ milhões)

Ano	Ingresso no Brasil (A)	F & A Transfronteiras (B)	C=B/A	Nº total (*) (D)	Capital doméstico (E)	Capital estrangeiro (F)
1992	1.748	67	3,8	58	37	21
1993	1.294	392	30,3	150	82	68
1994	2.589	1.084	41,9	175	81	94
1995	5.475	8	0,1	212	82	130
1996	10.496	1.458	13,9	328	161	167
1997	18.745	3.112	16,6	372	168	204
1998	28.718	10.381	36,1	350	150	200
1999	31.377	21.282	67,8	142	42	100

Fonte: (A) e (B) – WIR 1999 – World Investment Report – UNCTAD; (D), (E), (F) – LACERDA (1999b)

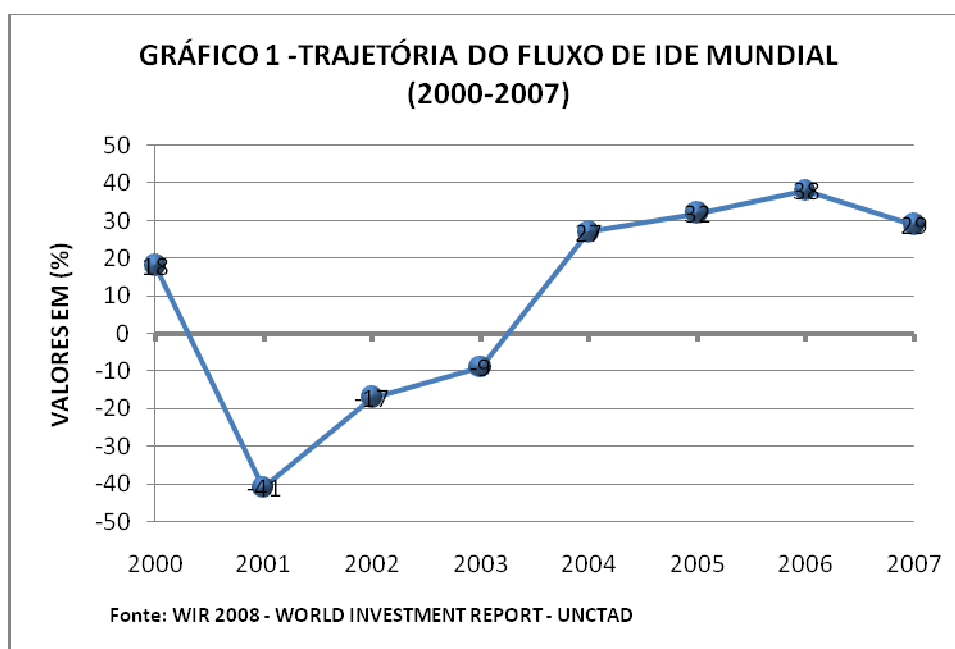
(*) Nº total de fusões, aquisições e *joint ventures* no mercado brasileiro, que envolve capital doméstico e capital estrangeiro.

Desta forma, considera-se como uma das principais limitações do perfil de IDE no Brasil o fato do mesmo encontrar-se fundamentalmente vinculado aos processos de F & A e de privatizações da década de 1990, direcionando-se para setores estratégicos e já consolidados na estrutura produtiva, com impactos, portanto, limitados em termos de expansão da capacidade produtiva e de geração de novos postos de trabalho.

Pela própria característica do processo de privatização, o qual se direciona, em sua primeira etapa, para setores vinculados à atividade industrial e posteriormente, na segunda metade dos anos 1990, para setores de serviços, como energia, água, gás, telecomunicações e instituições financeiras, a distribuição setorial do IDE no Brasil revela a grande concentração do mesmo na indústria de transformação, até 1995, e o domínio absoluto dos serviços a partir desse período. Os dados revelam, portanto, que em 1995 os serviços absorviam 43,4% dos recursos do IDE no Brasil, percentual que atinge 81% no ano 2000 (ALVES; RIBEIRO, 2003). Esse ponto concentra também parte das preocupações relativas à característica do IDE na década anterior, visto que concentração da maioria desses investimentos em setores “no tradeables” gera uma remessa constante de lucros e dividendos, sem geração de receita de exportação.

3 ANÁLISE RECENTE DO IDE NA ECONOMIA MUNDIAL

O investimento direto estrangeiro tem uma importância decisiva no desenvolvimento do mundo globalizado. Os países que mais se desenvolveram nos últimos vinte anos foram aqueles que obtiveram maior sucesso atraindo IDE. Não é surpresa, então, observar-se um aumento expressivo do fluxo mundial de IDE a partir da década de 1980. De acordo com dados da UNCTAD (2001), o fluxo de IDE em 1982 foi de US\$ 57 bilhões, passando para US\$ 202 bilhões em 1990, e chegando a US\$ 1,3 trilhão no ano 2000. Neste início de século, observa-se um crescimento do fluxo de IDE de 18%, maior que o aumento percentual de outros agregados econômicos, como produção mundial (5%), e comércio global (10%).



Observa-se que apesar de uma leve recuperação da economia da mundial em 2000, após as crises do final da década de 1990, em 2001 há uma redução do nível de atividade econômica nas principais economias do mundo. O IDE que vinha apresentando uma trajetória de crescimento desde 1991, sofre uma queda brusca em 2001, reduzindo seu volume em mais de 40% (Gráfico 1).

É importante enfatizar que o cenário político mundial no início dos anos 2000 é marcado pela instabilidade no Oriente Médio, associada à intervenção do Afeganistão no Iraque, verificando-se o aumento dos preços do barril de petróleo (Tabela 2). Soma-se a isso o aumento das incertezas subsequentes aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e a perda de dinamismo no mercado americano dos setores ligados à tecnologia de informação, com o fim do “boom” de investimentos em telecomunicações/ tecnologia de informação, característico da segunda metade dos anos 1990 (NAIME, 2005, SYNEC, 2008).

Em meio a esse cenário, verifica-se a desaceleração da economia americana, com um ciclo que envolve queda do PIB, do investimento privado (principalmente no setor não residencial) e aumento das taxas de desemprego. Apesar do cenário recessivo, com o PIB americano atingindo um crescimento de apenas 0,3% em 2001 (Tabela 2), as altas taxas de produtividade, obtidas desde a segunda metade dos anos 1990, refletem-se na manutenção dos salários e consequentemente do consumo privado em 2001/2002 (mantendo-se, também, o investimento residencial).

A recessão americana influencia a atividade econômica dos demais países, e o produto mundial cresce apenas 2,3% em 2001 (Tabela 2). O comércio mundial é ainda mais atingido, principalmente após os atentados terroristas de 11 de setembro, crescendo apenas 1%. Nos EUA, destaca-se, adicionalmente, como consequência da conjuntura internacional, uma queda nas exportações e aumento do preço das importações americanas, determinando a deterioração das transações correntes.

Para enfrentar a retração econômica, o governo americano passa a praticar uma política fiscal expansionista, aumentando as despesas (principalmente gastos militares) e reduzindo modestamente os impostos. A política monetária praticada pelo Federal Reserve envolve a redução das taxas de juros (que caem de 3,9% em 2001, para 1,67% em 2002, atingindo seu menor valor em 2003, com 1,13% - Tabela 2) e o refinanciamento de empréstimos hipotecários. A combinação política fiscal/monetária expansionista objetiva alavancar a economia via demanda agregada (NAIME, 2005, SYNEC, 2008).

TABELA 2 – Desempenho da economia americana e mundial – Indicadores selecionados - 2001-2007

	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	EUA	Mundo	EUA	Mundo	EUA	Mundo	EUA	Mundo	EUA	Mundo	EUA	Mundo	EUA	Mundo
PIB (%)	0,3	2,3	2,4	1,8	2,7	4,0	3,9	5,5	3,2	4,9	3,4	5,4	3,2	5,2
Inflação *	2,8	-	1,6	-	2,3	-	2,7	-	3,4	-	2,5	-	4,1	-
Taxa de juros**	3,90	3,72	1,67	1,91	1,13	1,25	1,35	1,73	3,21	3,69	4,96	5,24	4,97	5,25
Commodities***	-	93,54	-	97,82	-	108,91	-	126,45	-	133,27	-	170,79	-	205,29
Petróleo ****	-	24,53	-	24,84	-	28,84	-	38,00	-	55,09	-	66,02	-	75,75

Fontes: Libor, Índices de commodities, Preço do petróleo – FGV, Conjuntura Econômica (2009), Banco Central do Brasil – Relatório Anual (diversos números), Gazeta Mercantil (diversas edições).

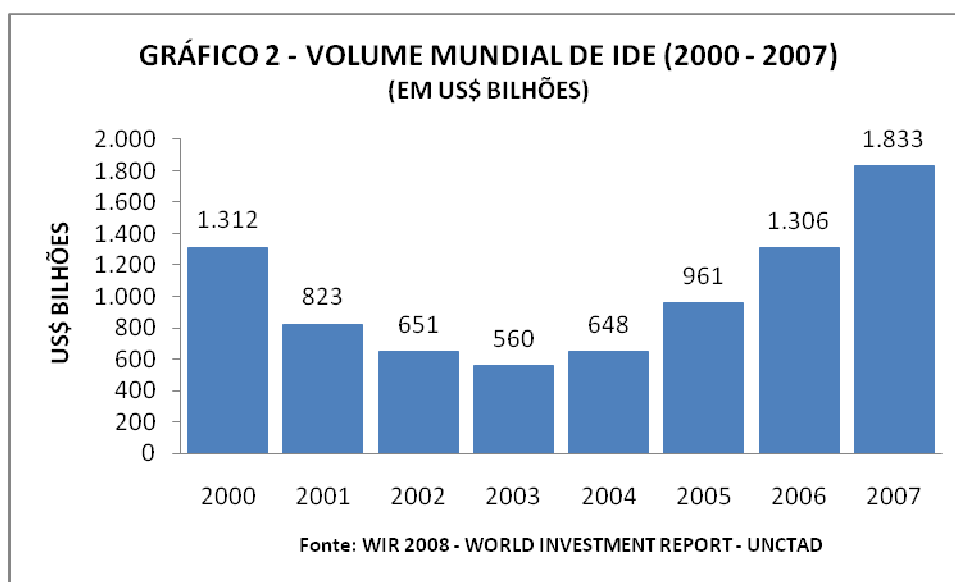
* CPI (índice de preços ao consumidor, na sigla em inglês)/** Libor; Federal Funds (EUA)/ ***Índices de commodities (base média: 2000 = 100)/**** US\$/Barrel

Essas medidas produzem uma recuperação da economia americana, já sentida na taxa de crescimento do PIB de 2002 (2,4%), superior à taxa de crescimento da economia mundial do mesmo ano (Tabela 2), no crescimento do investimento e na queda do desemprego, mas se dá às

custas do sacrifício das contas públicas (déficit a partir de 2002) e das contas externas, forçando a forte emissão de títulos do tesouro americano.

Ressalta-se que “a preservação da *policy rate* em patamar muito baixo (...) deu ensejo a outros tipos de arbitragem, em direção aos títulos de alto rendimento (*high yield*) corporativos ou soberanos, e ativos reais como *commodities*”, (...) sendo, conforme Carneiro (2006, p.9), uma “explicação adicional para a elevação dos preços das *commodities* durante o mesmo período” (Tabela 2).

Porém, as denúncias de fraudes contábeis em grandes empresas americanas, além da iminência do conflito no Iraque, geram incertezas no mercado financeiro internacional, derrubando bolsas de valores e reduzindo o nível mundial de investimentos. Assim, o fluxo de IDE mundial tem nova queda de 17,6%. Desde o pico de US\$1,3 trilhão em 2000 (Gráfico 2), seu volume total cai para US\$ 823 bilhões em 2001, e decresce para US\$ 651 bilhões em 2002, diminuindo praticamente pela metade seu volume em apenas 2 anos.



O ano de 2003 é marcado por incertezas, causadas, especialmente pela guerra no Iraque, que pressiona os preços mundiais do petróleo e compromete as expectativas dos investidores internacionais. O nível de IDE global apresenta nova queda (-9%), e atinge o menor patamar do período analisado, com apenas 560 bilhões de dólares.

O cenário mundial, particularmente entre 2003 e 2007, é de ampla liquidez internacional, associada, principalmente, aos sucessivos aumentos no preço do barril de petróleo (Tabela 2), que se refletem no aumento considerável das reservas dos países árabes exportadores, determinando um grande movimento de capitais em nível internacional. Ajustes estruturais são então implementados

pelos países desenvolvidos em 2004, fortalecendo o mercado internacional de capitais, e aumentando a liquidez mundial.

No que diz respeito à economia americana, continua o processo de recuperação do nível de atividades (crescimento do PIB de 2,7% em 2003), seu mercado imobiliário encontra-se bastante aquecido, através da política de vantagens oferecidas pelo governo e o PIB novamente apresenta variação positiva de 3,9% em 2004, impulsionando o crescimento da economia mundial (5,5%). Essa performance gera aumento da demanda agregada e forte pressão inflacionária (crescimento da taxa de inflação a partir de 2003), que combinadas à deterioração das contas externas, suscita a implantação de nova política de ajuste.

A orientação contracionista da política monetária envolve, portanto, a elevação da taxa de juros, a partir de 2004 e restrições ao crédito. O objetivo é de inverter a trajetória de investimento internacional, reduzindo a liquidez e evitando a trajetória de queda no preço que o dólar vinha apresentando. Observar que a inflação é pressionada, ainda, pela continuidade de aumento no preço do petróleo e das matérias-primas não energéticas (SYNEC, 2008).

Já os países em desenvolvimento promovem adequação de suas economias às condições financeiras externas, bem como, são beneficiados pelo aumento de preços das commodities (Tabela 2). Esses fatores provocam aumento do IDE nesses países, e no mundo como um todo. A demanda externa encontra-se aquecida, e há uma recuperação do mercado de trabalho, possibilitando que o bom desempenho da economia mundial em 2004 se repita em 2005.

O IDE mundial apresenta excelente performance em 2005, chegando a quase um trilhão de dólares. A expansão da economia mundial é mantida em 2006, alcançando um índice de aumento do produto global de 5,4%, alavancada pela economia americana e asiática. Os Estados Unidos mantêm o ritmo de crescimento, graças ainda ao bom desempenho do mercado interno, mas começa a sofrer com o esfriamento do mercado imobiliário, ocasionado pela queda dos preços dos imóveis, e alta nas taxas de juros hipotecários, suscitando preocupação em analistas internacionais.

O crescimento mundial em 2007 continua significativo, movido principalmente pela expansão robusta dos países emergentes, conduzida pelo rápido crescimento na China, Índia e Rússia. Assim, segundo o FMI (2007), "a forte demanda interna nas economias dos mercados emergentes deverá continuar sendo um fator determinante para o crescimento global". Em 2007, o volume de IDE mundial atinge recorde histórico, chegando a quase 2 trilhões de dólares. Os Estados Unidos, mesmo enfrentando problemas em seu sistema financeiro, causados pela crise imobiliária, é o maior receptor mundial de IDE (Tabela 3).

Analisando a Tabela 3, podemos observar a hegemonia dos países desenvolvidos na atração de IDE. A China é o único país em desenvolvimento que figura entre os dez maiores receptores mundiais, e, por conseguinte, lidera a lista entre os países em desenvolvimento, sendo

um exemplo de prosperidade econômica nas últimas décadas. O IDE vem sendo largamente utilizado pelos chineses para promover industrialização e crescimento em sua economia. O Brasil aparece como o segundo maior receptor entre os países em desenvolvimento, seguindo uma trajetória crescente de atração de IDE, iniciada na década de 1990 e consolidada nos anos 2000.

**TABELA 3 – Principais Países Receptores de IDE
2007 (em bilhões)**

RANK	Total Mundial		Países em desenvolvimento	
	País	US\$	País	US\$
1	EUA	232	China	164
2	Reino Unido	224	Brasil	34
3	China	164	México	25
4	França	158	Índia	23
5	Canadá	108	Cingapura	21
6	Holanda	99	Chile	14
7	Espanha	54	Nigéria	12
8	Alemanha	52	Egito	11
9	Rússia	52	Tailândia	9
10	Itália	42	Argentina	5

Fonte: WIR 2008 – World Investment Report – UNCTAD

4 COMPORTAMENTO DO IDE NA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 2000

O Fluxo de IDE para o Brasil apresentou um aumento expressivo na década de 1990, uma tendência que continua neste início de século, constituindo-se como principal destino do IDE para América latina e Caribe.

Superada a crise cambial de 1999, onde o real foi desvalorizado e instituiu-se o regime de câmbio flutuante, observa-se uma recuperação da economia brasileira em 2000, com crescimento do PIB de 4,3% (Tabela 4), aquecida principalmente pelo aumento do crédito ao setor privado. A taxa básica de juros da economia (SELIC) fixada em 17,4% (Tabela 4), e a implementação de medidas necessárias à modernização da atividade bancária, criaram o ambiente propício à redução das taxas de juros ativas. Essa conjuntura estimulou a atuação das instituições financeiras como ofertantes de crédito, permitindo a atuação desse mecanismo de transmissão da política monetária.

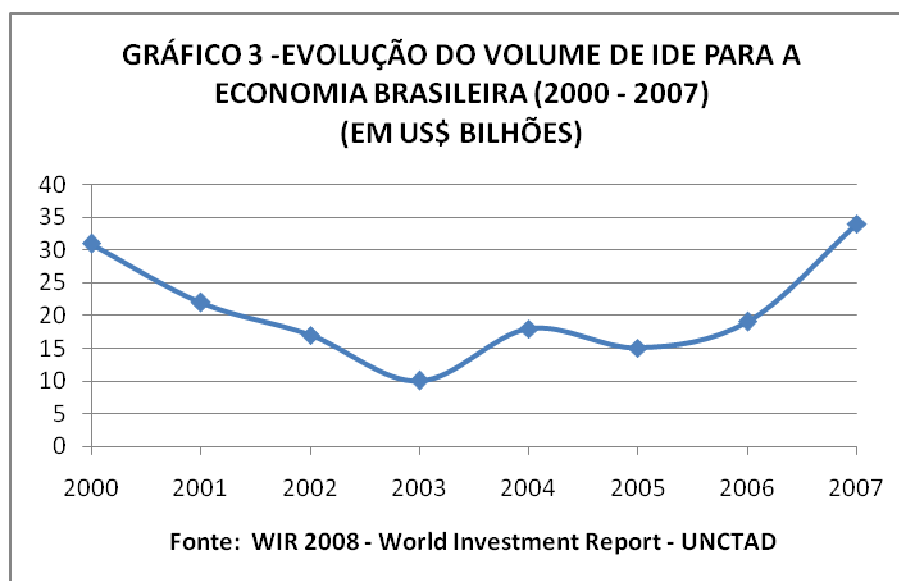
**TABELA 4 – Desempenho da Economia Brasileira
Indicadores selecionados - 2000 - 2007**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PIB (%)	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	3,8	5,4
SELIC	17,4	19,05	23,03	16,92	17,50	18,24	13,19	11,25
IPCA (%)	12,06	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3,14	4,5

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos estrangeiros diretos líquidos no país alcançaram US\$ 30,6 bilhões (Gráfico 3), maior valor já registrado. Esse resultado reflete o ingresso de recursos autônomos, US\$ 26,5 bilhões, que se expandiu 17,4% em relação ao registrado em 1999, e os investimentos em privatizações, US\$ 7,1 bilhões, dos quais US\$ 3,7 bilhões destinados à aquisição do Banespa e US\$ 2,3 bilhões ao setor de telecomunicações.

É importante destacar, no cenário macroeconômico nacional, que a estabilidade monetária pós Real esteve amparada na âncora cambial e num segundo momento, de 1999 a 2002, centrada na construção da âncora nominal doméstica, com a consolidação do tripé ortodoxo-liberal, onde passam a prevalecer: combinação de um regime de metas de inflação, com perspectiva de independência do Banco Central; câmbio flutuante, com mobilidade de capital, e ajuste fiscal, a partir de metas para superávits fiscais primários (SICSÚ, 2003; FILGUEIRAS; PINTO, 2004; CARNEIRO, 2006). No campo institucional, em 2000 adotam-se novas regras que aprofundam a liberalização financeira dos anos anteriores, com a “equiparação entre investidores residentes e não residentes, permitindo a esses últimos, operarem nos mercados de derivativos de câmbio e juros” (CARNEIRO, 2006, p.11).



Apesar da evolução favorável dos fundamentos macroeconômicos internos, a alta dos preços internacionais do petróleo, a intensificação da crise de confiança na Argentina e as incertezas associadas à trajetória das taxas de juros nos Estados Unidos, precederam um ambiente desfavorável para o ano de 2001.

Acompanhando a tendência mundial, o IDE no Brasil diminuiu 17% em 2001, reduzindo-se para US\$ 22 bilhões. A economia brasileira é afetada, portanto, por choques externos, como o desaquecimento da economia americana, após os ataques terroristas de 11 de setembro, além da

crise Argentina, que enfrentava problemas de competitividade desde a desvalorização do Real de 1999 (o que restringiu a capacidade daquele país de obter moeda estrangeira para pagamento dívida externa), combinados com um cenário recessivo, que culmina com uma moratória desde país em 2001.

A economia nacional é afetada, ainda, por fatores internos, como a crise energética, que obriga o governo a iniciar o programa de racionamento. Os níveis de investimento e consumo sofrem com o racionamento e o PIB brasileiro cresce apenas 1,3% (Tabela 4). O déficit em transações correntes diminui (Tabela 5) graças ao aumento de 6% nas exportações, estimuladas pela desvalorização do real, e é quase todo coberto pelo IDE. Observar que o processo de crescimento das exportações nacionais permanece nos anos subseqüentes, associado à taxa de câmbio real desvalorizada, ao diferencial de crescimento doméstico/internacional, com ampliação da demanda externa (CARNEIRO, 2006), e à recuperação contínua do preço das *commodities*.

O PIB do país, apesar de leve recuperação, cresce apenas 2,7% em 2002 (Tabela 4), ano marcado pelas incertezas geradas pela eleição presidencial, e pela instabilidade do mercado financeiro americano e conseqüentemente mundial.

O fluxo líquido de capitais mundiais para a América Latina sofre uma severa redução de US\$ 54 bilhões para US\$ 35 bilhões em 2002. O processo eleitoral abala a confiança do mercado internacional na economia brasileira, o volume de IDE cai para US\$ 16 bilhões e o Real sofre uma drástica desvalorização, registrando cotação de R\$ 3,955/US\$, a maior desde sua implantação.

TABELA 5 – Balanço de Pagamentos Brasileiro - 2000 - 2007
(em US\$ bilhões)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações	55,1	58,2	60,3	73,1	96,5	118,3	137,8	160,6
Importações	55,8	55,5	47,2	48	62,8	73,6	91,4	120,6
Serviços	-7,6	-7,7	-5,0	-5,0	-4,6	-8,1	-9,6	-13,4
Rendas	-17,9	-19,8	-18,2	-18,5	-20,5	-25,9	-27,4	-29,2
Transferências	1,5	1,6	2,4	2,9	3,2	3,6	4,3	4,0
Transações Correntes	-24,7	-23,2	-7,7	4,0	11,7	14,2	13,6	1,5
Conta Capital	0,3	-0,04	0,4	0,5	0,3	0,7	0,9	0,8
IDE								
Investimentos								
Em carteira	6,9	0,08	-5,1	5,3	-4,7	4,9	9,0	48,4
Outros								
Investimentos	-18,1	2,4	-0,2	-10,1	-10,9	-26,9	15,7	13,2
Amortizações	31,9	35,1	31,1	27,1	33,2	32,9	44,0	37,5

Fonte: Banco Central do Brasil

4.1 IDE no Governo Lula

Em 2003, Lula toma posse como novo presidente, conseguindo mitigar os temores internacionais em relação ao governo petista. Sua política a respeito do IDE é basicamente a mesma do governo FHC, estimulando sua entrada no país. No novo governo intensifica-se, portanto, a política de abertura financeira, na qual podem ser destacadas, segundo Carneiro (2006, p.11-12): i) “ampliação da abertura no âmbito dos residentes (outward transactions) ou a facilitação para os residentes manterem depósitos ou investimentos no exterior”; ii) “incentivos fiscais para investidores estrangeiros adquirirem títulos da dívida pública (inward transactions)”; iii) supressão da “cobertura cambial das exportações eliminando a obrigatoriedade de sua internação pelos exportadores”.

O ano foi marcado por fortes pressões inflacionárias associadas à deterioração das expectativas em relação ao desempenho da economia. O Comitê de Política Monetária (Copom) decide aumentar a meta da taxa SELIC para 25% (Tabela 4), e reafirma-se o compromisso do governo na obtenção de superávit primário governamental. Com um cenário internacional adverso e aumento do risco país, o volume de IDE para o Brasil atinge o menor valor do período observado (US\$ 10 bilhões), o mais baixo em 7 anos, e o PIB sofre redução de 0,2%.

Cabe ressaltar que a análise da política econômica inicialmente implementada no Governo Lula aponta claramente para uma continuidade e aprofundamento da orientação ortodoxa do período anterior, combinando ainda o regime de metas inflacionárias, câmbio flutuante e ajuste fiscal, sugerindo um padrão de crescimento que não foge ao característico *stop and go*, observado nas últimas décadas. A política fiscal consolida a perda de seu papel anticíclico, tão característico do crescimento da economia brasileira até os anos 1970. Desta forma, o ajuste fiscal é conseguido como:

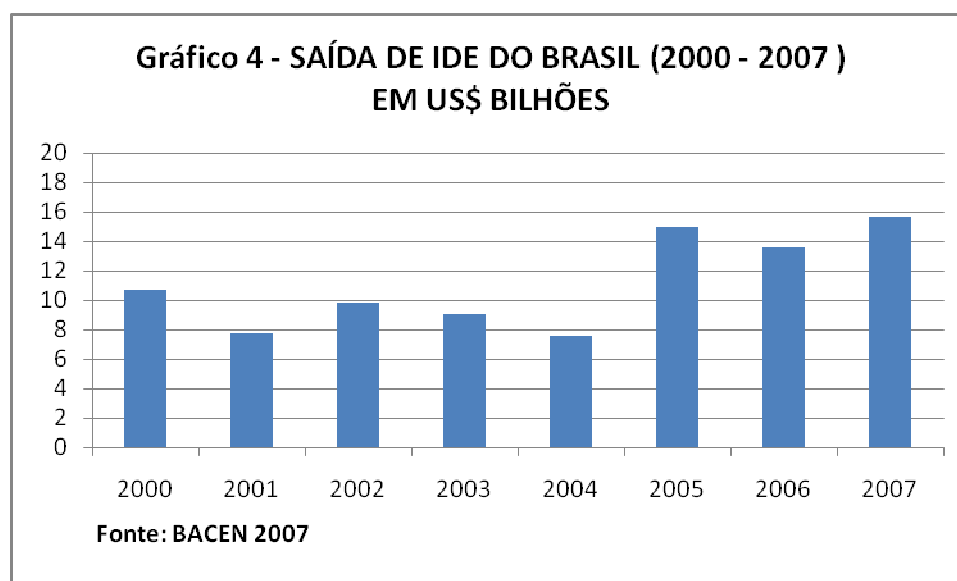
crescimento simultâneo dos gastos e receitas. Vale dizer, no plano dos gastos houve um aumento generalizado, maior da carga de juros ante as despesas correntes, enfrentado por um crescimento mais que proporcional da carga tributária. Este último permitiu a obtenção de um superávit primário crescente, mas não chegou a cobrir a totalidade das despesas com juros, deixando remanescente um pequeno déficit nominal (CARNEIRO, 2006, p. 15).

As políticas ortodoxas experimentadas, envolvendo a contração da oferta monetária e restrição dos gastos estatais, surtem efeito no ano seguinte, reduzindo a inflação (Tabela 4) e trazendo melhores perspectivas aos agentes econômicos. As expectativas inflacionárias declinaram ao longo do ano e a SELIC fecha dezembro de 2003 em 16,9%.

O governo implementa também um processo de ajuste das contas externas, e a economia brasileira é influenciada pela recuperação americana e pelo aumento da demanda mundial, a partir do segundo semestre, aumentando a liquidez internacional e aquecendo as bolsas de valores dos países emergentes, retomando o curso de capitais para o Brasil, com a redução do risco-país. O

câmbio apresenta estabilização, e essa conjuntura favorece o resultado do balanço de pagamentos brasileiro (Tabela 5). O nível de investimento tem recuperação em 2004, favorecido pelo aquecimento do mercado interno e elevação extraordinária dos níveis de exportação. Desta forma, o PIB brasileiro alcança um crescimento de 5,7% (Tabela 4). No cenário externo, o bom resultado do BP brasileiro, o aumento das nossas reservas e redução da dívida externa, trazem a confiança do mercado internacional e o IDE no país eleva-se para US\$ 18 bilhões (Gráfico 3).

A consistência da política econômica adotada mantém o ritmo de crescimento em 2005. O Brasil é favorecido pelo aumento dos preços dos principais produtos de sua pauta exportadora, alcançando superávit comercial de US\$ 44,8 bilhões. A taxa Selic mantida por volta dos 19% e a ampla liquidez internacional permite uma grande entrada de divisas no país, aumentando nossas reservas e permitindo, para alguns, uma política de redução da nossa vulnerabilidade externa, antecipando pagamento de dívida junto ao FMI, diminuindo nosso passivo externo. O volume de IDE sofre uma redução (16,4%), segundo a (SOBEET, 2006) esse resultado deve-se principalmente a saída recorde de IDE da economia brasileira (Gráfico 4) no período, através de grandes operações financeiras, como a aquisição da American Express pelo Bradesco. Em 2005 a saída de IDE do país praticamente dobra em relação ao ano anterior, elevando-se de US\$ 7,5 bilhões para US\$ 14,9 bilhões.



Voltando a recuperar-se em 2006, o IDE chega a US\$ 19 bilhões, num ambiente de prosperidade internacional e crescimento do mercado interno. O governo continua mantendo uma política de equilíbrio fiscal, conseguindo manter superávit primário e restrição monetária, temendo uma aceleração inflacionária devido à demanda interna superaquecida. É interessante notar que o processo eleitoral em 2006 não tem efeito significativo sobre as expectativas dos agentes econômicos, demonstrando sua confiança na economia brasileira.

O ano de 2007 começa com o governo federal lançando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), consistindo em um conjunto de medidas institucionais com o objetivo de realizar investimentos na infra-estrutura básica do país, e aumentar o nível geral de investimento em setores-chave da economia brasileira. Neste ano, o risco-país registra 138 pontos, o menor índice desde o início da série em 1994. Nossas reservas alcançam recorde histórico, chegando a quase 190 bilhões de dólares. A contínua melhora das reservas, ocorrida no período estudado, reflete “o crescimento extraordinário do comércio internacional e as condições favoráveis de liquidez internacional”, que “permitiram que os países em desenvolvimento experimentassem uma significativa elevação do nível de reservas internacionais” (PINHEIRO, 2006, p.4). O PIB nacional cresce 5,4 %, e o IDE aponta crescimento de 83,7%, ultrapassando os US\$ 34 bilhões, maior fluxo do período estudado. A relação ente IDE e formação de capital fixo aumenta rapidamente em 2007, o nível de 18% (Tabela 7) supera a média mundial, de 14,8%, e de economias em desenvolvimento, de 12,6% Sobeet (2008). A Holanda aparece como o maior investidor, seguido dos Estados Unidos, que durante muitos anos esteve em primeiro lugar (Tabela 6).

**TABELA 6 – Principais países de origem do IDE no Brasil em 2007
(em bilhões)**

RANK	País	US\$
1	Holanda	8,1
2	EUA	6,1
3	Luxemburgo	2,9
4	Espanha	2,2
5	Alemanha	1,8
6	Ilhas Cayman	1,6
7	Bermudas	1,5
8	França	1,2
9	Reino Unido	1,1
10	Suíça	0,9

Fonte: BACEN

A atratividade da economia brasileira é também evidente quando se observa o desempenho da conta financeira no período estudado. Assim, um aumento extremamente relevante é o de investimentos estrangeiros em carteira, saltando de US\$ 9 bilhões em 2006, para US\$ 48 bilhões em 2007 (Tabela 4). Os investidores internacionais buscavam a rentabilidade do aumento dos preços das ações negociadas nas bolsas de valores. Outro ponto que merece destaque é o aumento das exportações brasileiras ao longo da década de 2000, conforme ressaltado, culminando com o valor recorde de US\$ 160 bilhões em 2007. A adoção do sistema de câmbio flutuante e o estímulo e desburocratização da atividade exportadora aparecem como principais responsáveis por essa evolução, além do aumento da demanda externa e do preço internacional das *commodities*.

A contrapartida do grande aumento verificado nos investimentos em carteira, como destacado por Filgueiras (2007) é o aumento do nosso passivo externo líquido, que aumenta continuamente, principalmente a partir de 2002, chegando ao patamar de US\$ 562 bilhões de dólares em 2007 (Tabela 7).

TABELA 7 - Estoque do passivo externo brasileiro em US\$ bilhões (2000-2007)

Ano	Dívida Externa	Investimento Direto Estrangeiro	Investimento de Portfólio	Passivo Externo Total	Ativo Externo	Passivo Externo líquido
2000	236,1	152,0	42,0	430,1	46,5	383,6
2001	209,1	121,9	151,7	482,7	107,1	375,6
2002	210,7	100,8	137,3	448,8	112,9	335,9
2003	214,9	132,8	166,1	513,8	134,2	379,6
2004	201,3	161,0	184,0	546,3	148,0	398,3
2005	169,4	195,0	232,0	596,4	168,0	428,4
2006	172,5	236,0	300,0	708,5	238,0	470,5
2007	193	270,5	400,0	884,6	322,0	562,6

Fonte: Filgueiras (2007)

Segundo Filgueiras (2007, p.14), esse aumento do passivo externo promove a aceleração da desnacionalização da estrutura produtiva brasileira, transferido ativos para as mãos de não residentes. O risco desse processo reside na volatilidade dos fluxos de capital externo, que em momentos de conjuntura internacional desfavorável tendem a “provocar pressões sobre os mercados de câmbio dos países receptores”. Ressalta-se que (...) “as decisões de remessas das empresas internacionais são influenciadas, entre outros fatores, pelas expectativas de variação das taxas de câmbio entre as moedas que compõem seus ativos e passivos. Nesse sentido, a sistemática valorização do câmbio, a partir de 2003, tem contribuído, de forma importante, para o crescimento das remessas ocorrido nos últimos anos”. Logo, o montante de lucros e dividendos remetidos ao exterior aumentou de maneira acelerada, conforme Tabela 8.

TABELA 8 - Serviço do Passivo Externo Brasileiro em US\$ bilhões (2000-2007)

Ano	Juros (A)	Amortizações Pagas (B)	Serv. da Dív. Ext. (C=A+B)	Lucros e Dividendos (D)	Serv.do Passivo Ext.
2000	15,9	32,8	48,7	3,3	52,0
2001	16,3	33,1	49,4	4,9	54,3
2002	14,2	35,6	49,8	5,2	55,0
2003	14,1	38,8	52,9	5,6	58,5
2004	14,2	37,5	51,7	7,3	59,0
2005	14,4	51,5	65,9	12,7	78,6
2006	14,8	41,9	56,7	16,4	73,1
2007	15,2	36,0	51,2	21,4	72,6

Fonte: Filgueiras (2007)

A comparação do total de investimentos estrangeiros no país com a saída de lucros e dividendos revela que entre 2002 e 2005 o saldo torna-se negativo, implicando que a perda de divisas com a remessa de lucros e dividendos tem sido superior aos ganhos relativos ao investimento estrangeiro, só voltando a ser positivo em 2006 e 2007, resultado da significativa entrada de investimentos em carteira no país (Tabela 9).

**TABELA 9 - Investimento Estrangeiro e Remessa de Lucros e Dividendos
(US\$ bilhões) 2000-2007**

Ano	Investimento Estrangeiro (A)	Remessa Lucro e Dividendos (B)	Saldo (A - B)	Relação B/A
2000	26,2	18,0	8,3	68,5
2001	32,7	19,8	12,8	60,7
2002	13,9	18,3	-4,4	131,2
2003	14,6	18,7	-4,1	127,9
2004	5,4	20,7	-15,3	381,2
2005	-0,8	26,2	-26,9	3.362,5
2006	51,3	27,7	23,6	53,9
2007	82,7	21,4	61,3	25,9

Fonte: Filgueiras (2007)

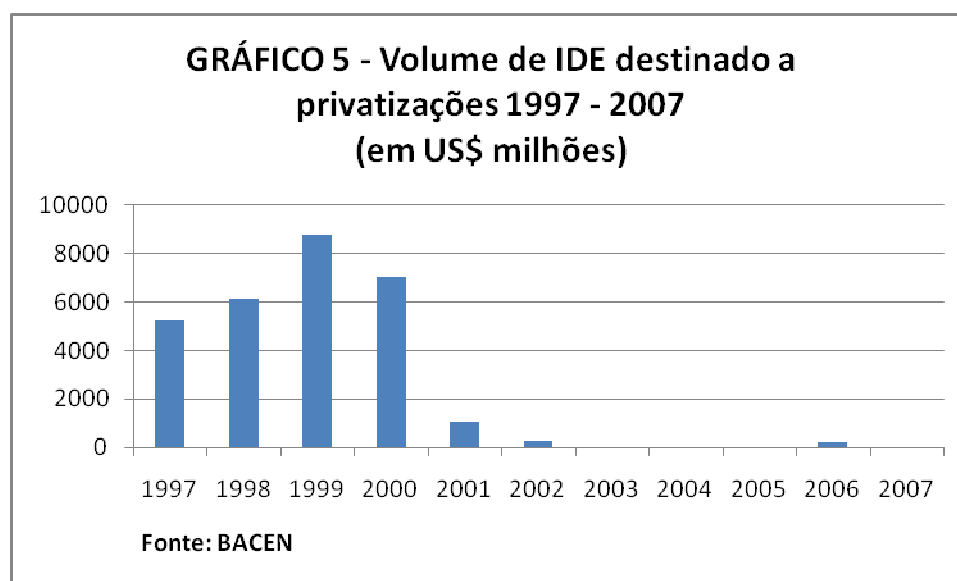
Aqui, há de se ressaltar que a análise de vários indicadores de solvência (relação serviço da dívida/exportações, juros/exportações, dívida total/exportações etc.) mostra que existe uma melhora significativa nos mesmos, ao longo dos anos 2000, o que para alguns analistas indicaria a diminuição da vulnerabilidade externa da economia brasileira. Conforme chama atenção Pinheiro (2006, p.4), essa conclusão não é consenso entre os economistas e “todos esses indicadores mostram claramente uma melhora da situação brasileira, quando se toma como denominador dos coeficientes o valor das exportações”, que crescem significativamente nos últimos anos. Lembra-se, ainda, que:

Fica-se vulnerável às mudanças bruscas do “humor” dos investidores internacionais, quando se tem um grau de abertura elevado. Quanto mais as economias avançam na liberalização financeira, mais forte se torna a sua vinculação aos ciclos de liquidez internacional e, assim, mais intenso o impacto desses ciclos nos momentos de euforia e de reversão. Logo, as súbitas mudanças desse “humor”, sem nenhuma vinculação com a realidade da dinâmica interna, podem contaminar as variáveis do mundo real (PINHEIRO, 2006, p.6).

Desta forma, deve dá-se destaque a sustentabilidade da vulnerabilidade externa, ou da tendência de queda dos indicadores de solvência, na medida em que isso depende da manutenção do ritmo de nossas exportações, diante de um quadro de desaceleração do comércio mundial e de apreciação da moeda nacional. Carneiro (2006) chama atenção, ainda, para duas medidas domésticas adotadas no governo Lula: após 2003, o governo decide reduzir a parcela da dívida pública indexada ao câmbio e no início de 2006, o Banco Central inicia a compra de títulos da dívida externa de vencimento mais curto (troca de reservas com baixo rendimento por títulos de

maior rentabilidade), influenciando a redução da dívida externa. Logo, se expõe uma nova dimensão da vulnerabilidade externa: a “expressiva participação desse capital internacional na economia interna, principalmente, comprando os títulos da dívida pública interna” (PINHEIRO, 2006, p.6), que acabam por se constituir no principal ativo financeiro do país. Destaque, adicionalmente, para o crescimento intenso de investimentos de portfólio direcionados para a Bolsa de Valores.

Uma das principais críticas feitas ao IDE no Brasil na década de 1990, foi de que grande parte do fluxo destinava-se a aquisições de ativos de empresas públicas ou privadas já existentes no país, não criando portanto nova capacidade produtiva, ou o IDE tipo *greenfield*, sobretudo as privatizações, que dão margem a debates intensos entre nacionalistas e neoliberais. Mas na década atual esse movimento perde velocidade e esgota-se, associado nitidamente ao esgotamento dos ativos privatizáveis, sendo essa uma das principais causas da redução do volume de privatizações. Em 2000, o montante de privatizações somou US\$ 7 bilhões, valor que cai em 2001 para US\$ 1 bilhão, e posteriormente para US\$ 280 milhões em 2002 (Gráfico 5). Entre 2003 e 2007, apenas em 2006 é registrada uma pequena parcela do IDE para privatizações. Nos outros anos não mais são encontradas privatizações na economia brasileira.



Pode-se daí inferir que o IDE recente na economia brasileira deve contribuir mais para a criação de capacidade produtiva no país. Sua participação na Formação bruta de capital fixo (FBCF) é, portanto, mais significativa.

Analisando-se a Tabela 10, verifica-se que a porcentagem de IDE sobre a FBCF em 2000 é a maior do período, sofrendo queda até 2003 e voltando a recuperar-se a partir daí, enquanto que a porcentagem da FBCF sobre PIB permanece praticamente constante. Mas dado o volume de

privatizações no ano 2000, depreende-se que a relação IDE/FBCF mesmo sendo menor em anos posteriores, é bem mais favorável para a economia brasileira.

**TABELA 10 – IDE na Economia Brasileira em percentagem da FBCF e do PIB
2000 – 2007**

	IDE/FBCF	FBCF/PIB	IDE/PIB
2000	34	18,3	4
2001	22	18	2
2002	16	16,2	2
2003	9	15,8	1
2004	13	17,1	2
2005	10	16,2	1
2006	12	16,9	2
2007	18	17,9	3

Fonte: Banco Central do Brasil

Com relação à composição setorial do IDE no país, percebe-se que o predomínio do setor de serviços frente a indústria e agricultura, desde a segunda metade da década de 1990, mantêm-se nos anos 2000 (Tabela 11).

**TABELA 11 – Distribuição setorial do Fluxo de IDE para o Brasil
(em US\$ bilhões, e em %) 2000 – 2007**

	Agricultura, Pecuária e Extração Mineral		Indústria		Serviços	
Ano	US\$	%	US\$	%	US\$	%
2000	649	2,1	5.087	17,1	24.139	17,1
2001	1.493	7,1	7.000	33,3	12.547	59,6
2002	637	3,3	7.555	40,2	10.585	56,3
2003	1.487	11,5	4.506	35,2	6.909	53,5
2004	1.072	5,2	10.707	52,8	8.484	41,8
2005	2.194	10,1	6.402	29,7	12.924	60,1
2006	1.363	6,1	8.743	39,3	12.124	54,5
2007	4.982	14,8	12.166	36,1	16.556	49,1

Fonte: Banco Central do Brasil

Contudo, há duas considerações a serem feitas. A primeira é o visível crescimento do investimento destinado ao setor primário. Esse incremento sugere que passada a onda de privatizações, e estimulados pelo aumento dos preços internacionais das *commodities*, os investidores estrangeiros voltaram sua atenção para a agroindústria e extração mineral, aumentando sensivelmente o volume de IDE para este setor. A segunda é crescimento de 133 % do setor industrial em 2004, o único ano, no período analisado, em que o IDE para esse setor superou o setor de serviços, destacando-se a aquisição da empresa belga Interbrew, pela companhia de bebidas das Américas (Ambev), que representou uma entrada de US\$ 4 bilhões no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos 1990 foi nítida a desregulamentação dos fluxos de capitais em nível mundial e nacional, o que permitiu uma mobilidade internacional de capitais sem precedentes, na qual o IDE assume uma participação crescente e expressiva. Além do amplo quadro de liquidez mundial, no Brasil, o aparato institucional de orientação neoliberal é determinante para a consolidação de um ambiente altamente atrativo para o IDE, consolidando uma integração liderada pelo mercado, na qual redesenha-se o papel do Estado, “dando-lhe como prioridade a promoção da estabilidade e a facilitação do funcionamento dos mercados. Estavam pois excluídas as políticas de natureza discricionária tais como a regulação dos fluxos de capitais, direcionamento do IDE, escolha de setores industriais prioritários, ou seja, aquelas políticas de natureza seletiva, relativas a setores, grupos ou processos” (CARNEIRO, 2006, p.3).

Porém, resguardados os ganhos qualitativos desse processo, como a expressiva melhora na qualidade de produtos e serviços, acesso à técnicas mais modernas de gestão, maiores ganhos de escala, entre outros, uma das maiores fontes de preocupação tem sido o aumento do passivo externo líquido, o que traz novamente à tona as discussões sobre a vulnerabilidade externa, conforme discutido anteriormente. Desta forma, alguns aspectos devem, ainda, ser enfatizados.

O acúmulo de passivo externo, nas modalidades de endividamento e investimento direto, cria a necessidade de geração de constantes superávits em conta corrente, o que passa por uma política constante e efetiva de promoção e diversificação das exportações. Para isso, é fundamental a recuperação, por parte do estado, da capacidade de promoção de políticas setoriais, esvaziada ao longo da crise fiscal do estado brasileiro das últimas décadas, procurando vincular, conjuntamente, políticas estratégicas de cunho industrial, tecnológico e de comércio exterior que diminuam a vulnerabilidade externa, aumentem a capacidade de poupança interna e as taxas de investimento na economia.

Todavia, o cenário atual revela-se preocupante em face da tendência de adoção de políticas restritivas pelos países desenvolvidos, e a desaceleração esperada do comércio mundial, reflexo da crise financeira internacional, o que pode comprometer a sustentabilidade do padrão atual de financiamento externo, o comportamento das contas externas nacionais, além de limitar a possibilidade de uma trajetória sustentável de crescimento.

Um segundo ponto merece aqui ser destacado. Segundo Cassiolato e Lastres (2000, apud TIGRE, 2002, p.15), “devido à falta de uma participação mais efetiva das empresas brasileiras no esforço inovador, a maior parte das estratégias tecnológicas adotadas parece apoiar-se na crença de que a tecnologia se ‘globalizou’ e o investimento estrangeiro seria condição necessária e suficiente para modernizar o parque produtivo local e para conectar a economia ao processo de globalização”.

Porém, para os autores, ao contrário, “longe de ter se tornado ‘global’ a tecnologia, a inovação, e o conhecimento têm se caracterizado como componentes crescentemente estratégicos, de cunho localizado”. Isso remete à discussão de que o fluxo de inovações, através do investimento direto estrangeiro, não mantém relação direta com a geração de externalidades apropriadas pelos países hospedeiros do IDE. Ou ainda sobre a diferença nos processos de “difusão e transferência de tecnologia”. Assim, “a difusão tecnológica não se processa de maneira automática; ao contrário, é necessário que a empresa receptora seja capaz de “absorver” a nova tecnologia” (CRESPO; FONTOURA, 2007, p.17).

Nessa perspectiva, a apropriação dos ganhos advindos do processo de internacionalização da produção merece ser qualificada. A capacidade de absorção ou de difusão de tecnologia através do IDE passa, fundamentalmente, pela consolidação de um sistema nacional de inovação. Ou seja, a geração e o aproveitamento de externalidades positivas só é possível através do fortalecimento de uma infra-estrutura educacional e científica, com a expansão de atividades científico-tecnológicas; da geração e consolidação de mecanismos de apoio à cooperação e inovação; generalização de políticas públicas de P & D & I; além da capacitação contínua e permanente de recursos humanos, o que tem se constituído em uma das maiores fragilidades da economia brasileira.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, Christiane Luci Bezerra; RIBEIRO, Elivan Rosas. Globalização produtiva: o investimento direto estrangeiro (IDE) para a economia brasileira nos anos 90. **Pesquisa e Debate**. São Paulo: PEPGEP/PUCSP. Vol.14, N. 1(24), p. 5-25, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim do BC. Relatório Anual, 2000 a 2007.

BARROSO, Liliane Cordeiro; MELO, Maria Cristina P. de. Investimento externo setorial no Brasil: uma qualificação das atividades tecnológicas. In: V Encontro Nacional de Economia Política, 1999, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SEP, 1999.

BELLUZO, Luiz Gonzaga; CARNEIRO, Ricardo. Globalização e integração perversa. Política econômica em Foco, **Boletim CECON** - Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, N.1, maio/ago, 2003. Campinas: UNICAMP, 2003. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim1/02-Introducao.pdf; Acesso em: 12 de fevereiro de 2009.

CARNEIRO, Ricardo. A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. Política econômica em Foco, **Boletim CECON** - Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, N.7, abr. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim7/Introducao_Carneiro.pdf; Acesso e: 12 de fevereiro de 2009.

COMIN, Alexandre. Verdades e mentiras sobre a onda recente de penetração estrangeira no Brasil. In: V Encontro Nacional de Economia Política, 1999, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SEP, 1999.

COUTINHO, Luciano; BALTAR, Paulo; CAMARGO, Fernando. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: **OIT**. Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Editora 34. 1999.

CRESPO, Nuno; FONTOURA, Maria Paula. 30 anos de investigação sobre externalidades do IDE para as empresas nacionais - Que conclusões?. **Estudos Econômicos**. São Paulo. Vol 37, N. 4, p. 849-874, out-dez, 2007.

FILGUEIRAS, Luiz; PINTO, Eduardo Costa. Governo Lula: contradições e impasses da política econômica. In: IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: SEP, 2004.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno Rodrigues. Empresas estrangeiras e vulnerabilidade externa da economia brasileira. In: IX Encontro Nacional de Economia Política, 2007, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: SEP, 2007.

Fundo Monetário Internacional – FMI. **Relatório semestral Panorama Econômico Mundial**, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Conjuntura Econômica**. Vol. 63, N. 1, jan, 2009.

GAZETA MERCANTIL. Diversas edições.

GONÇALVES, Reinaldo; BAUMANN, Renato; PRADO, Luiz Carlos D.; CANUTO, Otaviano. **A nova economia internacional**. Uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus. 1998.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto. 1999a.

_____. Notas sobre a característica e o perfil do fluxo recente de investimentos diretos estrangeiros na economia brasileira. In: V Encontro Nacional de Economia Política, 1999, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SEP, 1999b.

NAIME, Jéssica. A economia dos Estados Unidos após 11 de setembro. **Cenários PUC MINAS**. Conjuntura internacional. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2004.

PINHEIRO, Bruno Rodrigues. Vulnerabilidade externa brasileira e conjuntura internacional. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, N.143, p.26-32, abr, 2006.

SICSÚ, João. Definições, primeiros resultados e perspectivas do governo Lula. **Economia e Sociedade**, Campinas, Vol.12, N 2 (21), p.311-327, jul/dez, 2003.

SYNEC, Clara. Economia dos EUA e comparação com os períodos de 1990-1991 e 2000-2001. **Boletim Mensal de Economia Portuguesa**, Nº 4, GPEARI, 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE EMPRESAS TRANSNACIONAIS – SOBEET. Boletim N. 43, 2006.

TIGRE, Paulo Bastos. O papel da política tecnológica na promoção das exportações. In: PINHEIRO, Armando Castelar; MARKWALD, Ricardo; PEREIRA, Lia Valls (org) O desafio das exportações. Rio de Janeiro, BNDES, 2002.

WIR– World Investment Report – UNCTAD, 1999 a 2008.